anuário antropológico

v. 46 • nº 3 • setembro-dezembro • 2021.3

# Nojo, humilhação e vergonha no cotidiano de usuários de crack em situação de rua

*Disgust, humiliation and shame in the everyday life of homeless crack users*

DOI: https://doi.org/10.4000/aa.8925

**Taniele Rui**

Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, Campinas, SP – Brasil

ORCID: 0000-0002-2404-3959

tanieler@unicamp.br

Professora do Departamento de Antropologia da Unicamp, tem se dedicado à pesquisa etnográfica de vidas precárias e situações-limites, produzindo investigações transversais sobre pobreza, vulnerabilidade e marginalidade urbanas, tendo entre as especialidades empíricas as interfaces políticas da associação entre rua, drogas, periferias e dispositivos de assistência social, saúde pública e punição, como prisões e Comunidades Terapêuticas.



A partir de longo trabalho empírico com usuários de crack em situação de rua, abordo aspectos referentes ao campo das sensações e emoções, especialmente situações e relatos que envolvem nojo, humilhação e vergonha. Embora de diferentes manifestações sensíveis e práticas, as emoções são elencadas por abordarem múltiplas práticas de rebaixamento, centrais para apreender **como** o repúdio é praticado e sentido e **como** ele modela, no diálogo com Judith Butler, quadros da comoção e políticas de reconhecimento.

*Usuários de crack. Antropologia das emoções. Abjeção e reconhecimento.*

From long empirical work with homeless crack users, I approach aspects related to the field of sensations and emotions, especially in situations and reports that involve disgust, humiliation and shame. Although of different sensitive and practical manifestations, these emotions address multiple demotion practices, central to comprehend **how** repudiation is practiced and felt and **how** it models, in dialogue with Judith Butler, policies of affect and recognition.

*Crack users. Emotion anthropology. Abjection and recognition.*

A noção de corpos abjetos, tal como anunciada por Judith Butler em *Problemas de Gênero* (2003) e melhor desenvolvida em *Corpos que importam* (2002a), inspirou as reflexões que realizei junto a usuários de crack em situação de rua (Rui, 2014a). Na leitura conjunta desses trabalhos e considerando, com Butler (2002b), a incomensurabilidade entre a elaboração teórica da abjeção e seus exemplos empíricos, tal noção remete a duas problemáticas que me são caras: 1) de um lado, ao terreno dos corpos não inteligíveis, impensáveis, não dignos de vida; 2) de outro, à ideia de exterior constitutivo, isto é, à ideia de que tais sujeitos não estão fora da vida social, mas são parte da produção da norma e sua inteligibilidade. Decorre daí a proposição de que a normatividade requer a produção simultânea da abjeção, constituindo uma economia do repúdio que opera, violentamente, com a ideia hierárquica de que sujeitos e corpos não importam do mesmo modo. O que se questiona é a humanidade em si mesma, tendo em vista que "a constituição do humano é uma operação diferencial que produz os mais ou menos humanos, os inumanos, o humanamente inconcebível" (Butler, 2002a, p. 26).

Complementada por outras reflexões, especialmente as decorrentes da leitura de Julia Kristeva (1982) e de Mary Douglas (1976), mobilizei a dimensão produtiva da abjeção, isto é, sua capacidade de produzir efeitos. Com isso, a tomei como perspectiva para descrever dinâmicas corporais, políticas e espaciais observadas a partir do contato com usuários da droga. Nessa acepção, a abjeção, longe de ser considerada um atributo do sujeito, dos que usam crack, refere-se a um campo relacional, constituído por operações materiais e simbólicas que modelam leituras de sujeitos, corpos e atos na medida mesmo em que produzem ordenamentos e territorialidades.



Tal noção me parece atualizada e sofrer desdobramentos importantes em textos posteriores de Butler como *Vidas Precárias* (2011) e, no conjunto de artigos que lhe dá continuidade, *Quadros de Guerra (2015).* Neles, a ideia de precariedade – e da vida como precária – é expressa como condição de interdependência politicamente induzida, inteligível a partir dos enquadramentos que modulam a apreensão de determinadas vidas como passíveis de luto e de determinados sujeitos como passíveis de reconhecimento, implicando exposições diferenciais ao risco e à violência. O fato de que determinados corpos e sujeitos são removidos – por outros – do espaço emoldurado da lei, da proteção e da comoção supõe que ter condição de ser reconhecido como sujeito não é uma qualidade universal dos indivíduos. Michael Feola (2014) bem lê que a noção de vidas precárias proposta por Butler contesta modelos soberanos de pessoa, em favor de uma forte tese da dependência ("a precariedade implica viver socialmente, isto é, o fato de que a vida de alguém está sempre, de alguma forma, nas mãos do outro"; Butler, 2015, p. 28). Nesse sentido, afirmar que a vida é precária é afirmar que a possibilidade de sua manutenção exige apoio e condições possibilitadoras, e não somente um impulso interno para viver.

Assim, se o social é constituído dos enquadramentos através dos quais se compreende a vida de uns **e** não se compreende a vida de outros como perdidas ou lesadas, aqueles lançados para fora constituem um resto de vida – suspenso e es-

pectral – que retorna e perturba instâncias normativas, reforçando-as, de um lado; representando a possibilidade de seu colapso, de outro. Feola também nota que o mais interessante dessa proposta é sua compreensão de que o jogo de hierarquias sociais é incompleto sem compreender **como** pessoas são lançadas ao "fora".

*

Retomo brevemente essa discussão porque a proposta deste dossiê possibilitou um olhar retrospectivo ao meu próprio trabalho e voltar a tratar de um tema que organizou os principais argumentos da minha tese de doutorado, a abjeção (Rui, 2014a). Além desse trabalho, produzi outras duas pesquisas etnográficas sobre as interfaces entre consumo de crack e situação de rua, totalizando mais de uma década de acompanhamento de cenas de uso de crack nas cidades de Campinas, São Paulo e no Rio de Janeiro[1]; e desde então venho acompanhando o que considero uma já consolidada produção etnográfica sobre o assunto, cujos enfoques temáticos acompanham a própria historicidade do crack como problema público no país.

De modo abrangente, considero que há seis eixos dentre os mais destacados por essa produção (na qual me incluo): 1**)** a compreensão da figura do usuário radical de crack como fenômeno urbano, identificado através de categorias pejorativas como *noia* (Gomes; Adorno, 2011; Rui, 2014a), *noiado* (Cruz; Costa, 2017) *cracudo* (Brandão; Conceição, 2015; Lopes, 2015; Veríssimo, 2015), *sacizeiro* (Malheiros, 2013); **2)** a descrição das dinâmicas e dos "fluxos" referentes às conformações de territorialidades itinerantes que foram sendo chamadas cracolândias por conectarem drogas, sujeitos, mercados, serviços de atenção e agentes punitivos (Alves; Pereira, 2021; Frugoli Jr.; Sppagiari, 2010; Frugoli Jr.; Cavalcanti, 2013; Frugoli Jr.; Chizzolini, 2017; ; Medeiros, 2010; Raupp; Adorno, 2011; Rui, 2014b, 2016 e 2019; Rui; Mallart, 2015b); **3)** a análise das políticas sobre drogas, tanto as efetivadas na ponta junto aos usuários, travadas no contato com equipes e serviços de redução de danos (Alves, 2017; Araujo, 2017; Calil, 2015; Rui, 2014a; Valim, 2015), quanto as vislumbradas a partir da trama labiríntica de atenção e disputa terapêutica sobre o crack e a rua como problemas a serem geridos (Carriconde, 2019; Fromm, 2017; Martinez, 2016; Mattar, 2016; Menezes, 2016; Oliveira, 2012); **4)** a crítica aos processos incriminatórios e repressivos que conformam, cada vez mais, o cotidiano e o perfil da população nas ruas do país (Canonico; Melo, 2016; Mallart; Rui, 2017; Melo, 2016; Teixeira; Matsuda, 2012); **5)** o estudo das mobilizações coletivas e políticas que possibilitam a resistência existencial e espacial desses sujeitos e territórios nas cidades (De Lucca, 2016; Melo, 2017; Rui, 2013; Magalhaes, 2016; Costa, 2017; Lemoes, 2017); e, mais recentemente, **6)** a atenção à situação de mulheres (Fernandes, 2019; Malheiros, 2019), com foco especial ao período entre gravidez e puerpério, em razão da retirada de guarda desses bebês (Alves, 2018; Lima, 2018; Sarmento, 2020).

Dessa gama de estudos, avalio que ainda são poucos os que se direcionam aos aspectos subjetivos da experiência com o crack. Igualmente, considero que ainda há muito por avançar no campo das sensações, emoções e moralidades --

1 Destaco as três pesquisas: **i)** a pesquisa *Corpos Abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack*, financiada pela FAPESP e produzida entre 2007-2012 nas cenas de uso de crack nas cidades de Campinas e de São Paulo. Esta pesquisa resultou na minha tese de doutorado, posteriormente publicada em livro (Rui, 2014a); **ii)** a pesquisa *Da Luz à Avenida Brasil: o crack no centro das questões urbanas contemporâneas*, produzida no âmbito de dois pós-doutorados entre 2013-2015, financiados pelo DSD Program e pela CAPES, onde propus observar contrastivamente o espaço estigmatizado como Cracolândia em São Paulo e uma cena de consumo de crack no Complexo de Favelas da Maré, no Rio de Janeiro (Rui, 2016, 2018a e 2019); **iii)** e a pesquisa *Avaliação do Programa de Braços Abertos da Prefeitura de São Paulo*, financiada pela Open Society Foundation (Rui; Fiore; Tófoli, 2015a; Rui, 2018b) para avaliar um programa inédito tentado pela prefeitura paulistana, na gestão petista de Fernando Haddad (2013-2016). Em todas essas pesquisas, agentes mediadores dos territórios possibilitaram a minha entrada em campo e o contato próximo com os usuários da droga. A todes, agradeço enormemente.

temáticas que já tangenciam trabalhos que tratam das relações familiares e dos sentidos de família construídos nas ruas (Castro,2020; Sanctis, 2018) – mas que, de modo geral, receberam pouco investimento descritivo e analítico. Se ainda escassa no Brasil, cabe dizer que essas temáticas já figuravam como preocupações de Phillippe Bourgois, no inspirador trabalho *In search of respect*, produzido no final da década de 1990, no ápice da "questão do crack" em Nova York.

Com o intuito de contribuir com reflexões sobre esses temas, este texto revisa materiais etnográficos e materiais literários (Athayde, 2005; Clegg, 2011) que são muito potentes por dar carne narrativa aos sentimentos analisados. Oriento-me pela dimensão (micro)política das emoções (Coelho, 2010; Oliveira, 2019) que envolve pensar que emoções e sensações são "tributárias das relações de poder entre grupos sociais, servindo simultaneamente para expressar e reforçar tais relações" (Coelho, 2010, p. 268). Nesse sentido, são vias de acesso privilegiadas para compreender o mundo social (Victore; Coelho, 2019), e, em relação à discussão proposta, sugiro que por elas é possível apreender **como** o repúdio é praticado e **como** ele modela os quadros da comoção.

Pertencentes ao conjunto das "populações encaradas como questionavelmente vivas, talvez até mesmo socialmente mortas (...) ou como representações vivas da ameaça à vida" (Butler, 2015, p. 70), não é necessário muito para imaginar – e constatar – que viver nas ruas consumindo crack implica estar sujeito a abusos, violações e violências de muitos tipos (arquitetônicas, simbólicas, físicas e políticas), perpetradas por atores variados (citadinos, traficantes de drogas, policiais, agentes de políticas públicas, etc.). As emoções mais imediatas referentes à noção de abjeção se orientam em torno do nojo, da repulsa e do desprezo; emoções que são declarações de superioridade (Miller, 1999) e que têm papel central na hierarquização de espaços e corpos (Ahmed, 2004).



Para além dessas, mais abrangentes, enfoco ainda outras duas que igualmente se destacaram durante meus trabalhos de campo: a humilhação e a vergonha. Ambas constituem experiências de ser colocado em situação inferior ou de rebaixamento, mas a humilhação, como diz Ian Miller (1993), pertence ao conjunto das emoções que estabelecem um ranking moral de hierarquias, enquanto a vergonha é a resposta íntima à desaprovação de outros, sentida como o fracasso em aderir a padrões comunitários com os quais se está comprometido. Como resumiu a leitura de Sara Ahmed (2004), a primeira envolve julgamento, a segunda expressa a emoção de estar sendo julgado.

Ao abordar empiricamente nojo, humilhação e vergonha, este artigo opera de modo mais nuançado com a noção de abjeção para refletir como enquadramentos e políticas de reconhecimento são produzidos – também – por via das emoções. E, como essas, ao serem examinadas, tornam visíveis maneiras múltiplas de produzir desumanização.

## NOJO

Em seu impressionante trabalho sobre o nojo, Ian Miller (1999) pontua que o

nojo é um sentimento sociocultural que implica um juízo moral. Para o autor, o nojo é um tipo de emoção que confirma que coisas, pessoas e ações estão em uma categoria inferior e, nesse sentido, implica uma declaração de superioridade em relação ao que ou quem é considerado asqueroso ou desprezível. Tendo essa definição em vista, creio ser possível dizer que o que foi produzido como a "questão do crack" no Brasil esteve intimamente conectado à percepção pública sobre a inferioridade/asquerosidade de sujeitos que, com seus corpos, gestos e atos parecem questionar o processo civilizador (Elias, 1994), adotando outras estéticas, valores e práticas sobre higiene, pudor e intimidade.

São vários os nexos que podem ser estabelecidos entre possíveis efeitos da substância consumida radicalmente nas ruas e a rejeição aos usuários da droga. Mais que a mera assunção do estigma, tenho como hipótese que é a ultravisibilidade dos corpos – pretos e pardos, sabemos (Rui, Fiore, Tofoli, 2015a) – que constitui o centro de várias ações efetuadas sobre o assunto, que é desta ultravisibilidade que "muda o tom da vida pública" (Bourgois, 1993), que se depreende o "desprezível". Por isso, concordo com Miller (1999), é preciso enfrentar a concretude de emoções como nojo e a repulsa, é preciso conferir atenção analítica ao que exatamente é tido como repulsivo.

Ao apresentar o problema de seu livro, o autor evoca um excerto de Darwin (tido como o primeiro a tematizar o tema) em que há dois exemplos: o do nativo que colou o dedo na carne que ele estava comendo, e o da mancha de sopa na barba de um homem; ambos lhe causando nojo (*disgust*). Desses exemplos, Miller apresenta pontos-chave de sua abordagem sobre o nojo: trata-se, no primeiro caso, de um sentimento complexo resultante da associação entre contaminação, contágio e exotização (não à toa, do colonizado). No segundo, de que a sopa na barba apresenta um homem já contaminado por um defeito de caráter: a incapacidade moral de se mostrar apresentável, de acordo com a exigência de se manter asseado publicamente. Nos dois casos, o nojo, primo-irmão do desprezo, tem forte significado político e é possível depreendê-lo como tendo três funções sociais: manter a hierarquia; construir pretensões de superioridade; aludir ao lugar adequado na ordem social.

Em diálogo com outras reflexões sobre a vida nas ruas (Frangella, 1996, 2009; Gregori, 2000; Martinez, 2011; Souza, 2017) e nos abrigos (Carriconde, 2019; De Lucca, 2013; Fernandes, 2018), penso que, para entender o que está sendo aí constituído como asqueroso/desprezível, é necessário lançar um olhar mais cuidadoso à **sujeira**. Nas ruas, ela é construída a partir de um processo de ausência diária de banho e higiene adensado por suor, restos de comida, deslocamentos, contato rotineiro com lixo urbano, proximidade corporal com animais e insetos; por dormir e viver rente ao chão e estar exposto às intempéries climáticas; por exalar cheiro de álcool, cigarro, crack, mofo… Nesse processo os pés vão se tornando ásperos, rachados; as unhas ficam grossas; os cabelos ficam engordurados, a pele se torna encardida, ressecada, cheia de feridas, o cheiro se torna incômodo – são impactantes, nesse sentido, as descrições de Frangella (2009) e de Mallart (2019) sobre o caráter repulsivo do cheiro inclusive nas situações de pesquisa.

O ponto é que, quem vivencia esse processo não fica alheio a ele, daí a busca, inclusive política, por requisitarem o direito de estarem limpos, o direito à água, o direito a banheiros públicos, sem, entretanto, vincular a limpeza com a saída das ruas (Frangella, 2009). Importante dizer que as marcas da sujeira dizem respeito não apenas ao tempo que estão nas ruas, mas também às perdas de vínculos domésticos e, por vezes, ao precário acesso à rede de serviço socioassistencial, também ela precária – já que são frequentes as interdições a banho e banheiro em equipamentos socioassistenciais decorrentes de insuficiente manutenção infraestrutural.

Em relação às marcas que acentuam o consumo continuado de crack, a partir de trabalho etnográfico, elenquei algumas: dentes e dedos das mãos marcados, lábios machucados, voz rouca, perda excessiva de peso. Aliadas à sujeira, essas marcas são bastante notadas pelos próprios usuários. Riem com constrangimento, tentam tirar as peles soltas dos lábios, incomodam-se com a voz oscilante, guardam com exatidão a quantidade de quilos perdidos. Marcas que estão na superfície da pele, "margens corporais" (Douglas, 1976), difíceis de camuflar. Quando excessivamente expostas, ultravisibilizadas, indicam para os usuários que se ultrapassaram os limites da razoabilidade.

O resultado, entretanto, é ambíguo: por um lado, "a sujeira os configura enquanto um 'sujeito da rua'" (Frangella, 1996, p. 249), tornando possível a sensação de pertencimento e identificação com ela; por outro, a sujeira torna plausível a introjeção do preconceito que lhes é projetado. Seu oposto, a limpeza, produz efeitos igualmente contraditórios: pode nuançar a visibilidade de alguém que está nas ruas (facilitando, por exemplo, a caminhada nas ruas sem ser notado excessivamente por pedestres e policiais e atenuando agressividades dos passantes), mas também dificulta as atividades de viração (Gregori, 2000) envolvidas no manguear (Priori, 2018) e no performar docilidade/vulnerabilidade perante os serviços (Mattar, 2016); ou mesmo dificulta certo aspecto ameaçador necessário, inclusive, para levar a cabo a própria proteção (Frangella, 2009). Assim, o limiar entre o limpo e o sujo, o abjeto e o decente, é constantemente manejado, de forma ambígua, nas ruas, sendo inclusive capaz de criar tipos heterogêneos de moradores de rua e de usuários de crack.



Portanto, o modo como se apresentam importa e é agenciado pelos próprios sujeitos. Assim, há que se atentar para como produzem e percebem seus próprios corpos e atos, como agenciam o que é repelido como degradação ou "perda dos traços de humanidade". Tenho por premissa que os usuários de crack não assistem passivamente ao próprio definhamento corporal, mas que eles **fazem** isso com seus próprios corpos – o que, contudo, não deve ser lido como um projeto pessoal. Trata-se de práticas cotidianas que conjugam o consumo da droga e a vivência nas ruas a escassos recursos materiais, sociais, políticos.

Em resumo, trazer em primeiro plano uma imagem degradada, produzida gradualmente a partir da combinação do uso intenso da droga, sujeira, emagrecimento resulta numa corporalidade incômoda e repulsiva, à qual, como no exemplo de Miller (1999), se atribuem faltas de caráter, falhas morais. Não à toa, em

tais contextos, o ganho de peso e a limpeza indicam a tentativa de reabilitação e, por vezes, é visando frear esta deterioração que muitos serviços hospitalares e comunidades terapêuticas são acionados, inclusive pelos próprios sujeitos. Como fui aprendendo, estar atento ao corpo é desenvolver a capacidade de observar-se à distância, mas é também um ato de moldar física e moralmente a própria pessoa, de não sucumbir ao processo de desumanização ao qual está arriscada.

O esforço constante de se refazer, de procurar serviços onde é possível algum autocuidado, me faz pensar que a figuração midiática/alarmista sobre o usuário de crack é mais uma imagem que uma materialização: consistia, para os próprios sujeitos, naquilo que não se deve ser, naquilo que não se quer ser. Alves (2017), inclusive, sentenciou em seu título: "jamais fomos zumbis". É como se tal existência fosse tão ilegítima que sequer consegue se materializar (Butler, 2002a). Nesse sentido, a noção de abjeção como campo relacional de modulação e enquadramento de sujeitos e atos valorados permitia abordar essa figura amplamente proferida, mas empiricamente tomada como impensável, não digna de existência. Por outro lado, estar atenta aos diferentes graus de degradação agenciados possibilitava entender relações hierarquizadas nas próprias cenas de consumo de drogas e variáveis de acordo com os atores sociais envolvidos, ao mesmo tempo que me abriu questionamentos para entender sentimentos como a vergonha.

De modo ainda mais complicado, essa heterogeneidade de experiências com o crack e a rua é frequentemente homogeneizada quando observada de fora. Ter em conta esse processo englobante, hegemônico, é importante para compreender como o efeito visível de tal corporalidade produz consequências danosas aos próprios sujeitos, que ficam expostos a xingamentos, desdém, distanciamento, incômodo, evitação, (hiper)vigilância, imagens e narrativas preconceituosas, aparatos arquitetônicos expulsivos, revistas policiais vexatórias, intervenções disciplinadoras, agressividades, exploração de vendedores da droga, em suma, à humilhação.



## HUMILHAÇÃO

Como observei, portanto, os usuários de crack estão sujeitos a vários tipos de situações ordinárias que podem ser apreendidas como humilhantes. Este tópico, entretanto, não as descreve de forma geral e não se concentra na humilhação enquanto dimensão sentida por esses usuários. O interesse é na dimensão praticada contra eles. Ou seja, o foco não está na sensação de ser humilhado, mas no ato de humilhar. Por isso, discorro sobre interações travadas com sujeitos que, no cotidiano desses usuários, atuam frequentemente produzindo humilhações: vendedores de drogas e policiais, com intuito de pensar sobre modos diferentes de seu exercício. No primeiro caso, atenho-me à dinâmica das relações interpessoais. No segundo, à humilhação como técnica de gerir territórios e populações.

Ao longo do trabalho de campo, foram muitos os relatos de humilhação perpetrada por vendedores de drogas sobre usuários de crack, especialmente nos territórios periféricos em que realizei pesquisa (como no bairro do Paranapanema, em Campinas; ou no complexo de favelas da Maré, no Rio de Janeiro). Havia

muita referência à gestão dos atores do mercado de drogas nesses territórios, que se efetivava em demarcação espacial dos locais de circulação e concentração dos usuários, mas também em situações-limites em que o consumo de drogas chega a ser proscrito e os usuários expulsos e evitados da convivialidade dos bairros pobres, como ocorre com a prática da interdição descrita por Biondi (2011). Concepções específicas e mais gerais sobre degradação, falta de controle, perda de dignidade são utilizadas para restringir e circunscrever o uso e os usuários da droga, para valorar o sujeito e para decidir sobre sua inclusão, por baixo, na economia do tráfico.

Nesse contexto é que se compreende a sensação de mal-estar que um redutor de danos certa vez expressou: "Usuário de crack é muito maltratado por vendedores de drogas. Não consigo entender por que tratam o cara como se fosse lixo, se eles vivem do cara... Tá explorando cara ao máximo, sabe que ele é viciado e tá aproveitando...já tá ganhando dinheiro do cara, não precisa tratar mal, tratar que nem lixo". Tal enunciado evoca a prática de humilhar como supostamente inexplicável em situação em que se explora economicamente aquele que está sendo subjugado. Se ganham com a venda, se precisam manter o cliente, por que, afinal, tratar mal? Por que tratar "como se fosse lixo"?

Os maus-tratos tornam-se ainda mais intensos em situações em que ordenamentos locais são afrontados (como o caso da usuária que teve seu dedo amputado por roubar no interior da Maré). Mas, longe de tratar-se de excepcionalidade, é sobretudo nas situações de troca, quando há desproporção de valores operados na transação ou avaliação em relação aos objetos passíveis de serem trocados por crack, que se nota a ordinariedade das situações humilhantes. Objetos que valem 70, 50, 30 reais eram facilmente convertidos em uma porção de pedra que custa 5 ou 10 reais. Igualmente, a avaliação dos objetos costuma ser um momento seguido de piada, provação, ridicularização.



A fim de melhor ilustrar o tipo de situação que escutei tantas vezes, retomo relato retirado do livro *Cabeça de Porco* (2005), numa ocasião em que Celso Athayde passou a noite em Brasília, na casa de *Gordinha*, uma mulher vendedora de merla, droga também subproduto da pasta base da cocaína. Para facilitar a compreensão, é necessário dizer que *Gordinha* vendia a droga em sua própria casa. Durante a noite, ela trancava a casa e aos usuários só restava comunicar-se com ela a partir de abertura feita numa das portas. Segue-se o relato:

> Mais tarde, surgiu outro homem. (...) colocou a cara e depois o braço pela portinhola. Portava um cheque de cinquenta reais. A Gordinha se levantou, pegou o cheque e começou uma negociação:
> — Troca esse cheque pra mim? – perguntava ele com um sotaque carregado.
> — Tá doido, é? – retrucou a Gordinha, com firmeza.
> — Ói, tem 50 contu aí; me dá cinco potocas de merla.
> Isso representaria para o rapaz um prejuízo de 50%, considerando que a mercadoria custava R$5,00. A Gordinha disse que não, que ela não trabalhava com cheque, que só aceitava se ele levasse uma potoca. Fiquei puto

> com ela. Porra, era pura exploração. O rapaz era cliente dela; ele tinha dito, inclusive, que não era a primeira vez que trocava e que o cheque era quente. O cara ficou nervoso e travou uma breve discussão com ela, **até que ela perguntou se ele estava a desrespeitando.** Ele se calou, amansou a voz, pediu o cheque e disse que não queria mais. Agradeceu e foi embora, ostensivamente puto da vida. A Gordinha se voltou pra nós, sentou no sofá ao meu lado e fez críticas ao rapaz: "Esses caras são muito espertos. Eles querem moleza". Realmente, aquilo era uma outra lógica. (...)
> Na sequência, outro homem bate à porta desesperado. Aliás, desespero era o que todos os clientes tinham em comum. As batidas eram fortes. A Gordinha levantou, em seu estilo briguento, mas ao mesmo tempo acolhedor. Dependia sempre das circunstâncias. Foi até a porta. O homem colocou pelo buraco da porta um vestido preto, parecia novo. Ela disse que não queria. O sujeito insistiu, pediu pelo amor de Deus. (...)
> A Gordinha me olhou. Ela deve ter se lembrado que tinha me falado dessa realidade e resolveu abrir a porta.(...) A porta se abriu e a esperança do homem se intensificou. Ele abriu o vestido – um desses que as meninas usam nas festas de 15 anos. O sujeito tremia e mal conseguia falar. Pedia merla, merla, merla (...)
> — Não! – sentenciou a Gordinha. E bateu a porta em sua cara. Antes de sair ele demonstrou um desconsolo que só nos enterros eu tive chance de ver. A Gordinha era grossa, mas eu aprendi a aceitar. Não era racional ser cortês em circunstâncias como aquela. (...)
> Antes mesmo que eu me refizesse do baque, o braço do rapaz do cheque invadiu a sala através da portinhola. Ele dizia que estava arrependido e que aceitava a proposta da Gordinha.
> Ela se levantou **com má vontade e com ar de vencedora**, como se tivesse certeza de que ele voltaria. Era uma teoria comercial que eu aprendia naquele momento, mas que convém esquecer. Às três da manhã, um cheque de 50 reais vale, no máximo, cinco reais (ou uma potoca) (Soares *et al.*, 2005, p. 28-29, grifos meus).

No relato de Athayde se revela uma sensação de confusão diante das relações comerciais envolvidas. O que inicialmente ele considerava uma exploração (lucrar 50%), para Gordinha significava não cair na esperteza, não "dar mole" para esses usuários. Ao fim, o mesmo cheque de 50 reais acaba valendo 5 reais; o usuário aceita aquilo que Athayde entendia como exploração e ainda se mostra arrependido de ter discutido com a vendedora. O segundo exemplo, do "vestido de 15 anos" que foi recusado, mais uma vez reforça, para Athayde, o que ele lê como aparente "irracionalidade" envolvida nessas trocas; prova inconteste de uma "outra lógica" comercial, determinada sempre de um único lado.

Embora Athayde não enfrente o tema da humilhação, eu penso que é precisamente ele o evocado em cenas como essas. Questões como "por que tratar mal?", "por que tratar mal por diversão?", por que humilhar "com má vontade e



Anu. Antropol. (Brasília) v. 46, n. 3, pp.85-107. (setembro-dezembro/2021). Universidade de Brasília. ISSN 2357-738X. https://doi.org/10.4000/aa.8925

com ares de vencedora"? são chaves para esse enfrentamento. É nesse sentido que uma aproximação ao campo da antropologia das emoções nos ajuda a observar como atos de maltratar, de maltratar por prazer, são movimentados por – e movimentam – relações sociais hierarquizadas. Sobre a humilhação, María Elvira Díaz-Benitez escreveu:

> A humilhação habita nossas vidas como uma forma de assimilação do humano possibilitada por nosso modo social e histórico de perceber o mundo e os sujeitos por meio de hierarquias. A apreensão das hierarquias pode nos levar a desejar a aniquilação do outro em sua versão mais funesta, ou pode nos levar a desejar a permanência desse outro sempre e quando se mantenha em seu lugar (Diaz-Benitez, 2019, p. 69).

Como exercício de rebaixamento, a humilhação, segue a autora, transparece a significação de que a pessoa é sub-humana, um humano incompleto, como se faltassem partes ou aspectos daquilo que o torna humano num sentido mais amplo; esse humano incompleto está mais sujeito à violência. À luz de outro objeto empírico, o mercado do fetiche, Diaz-Benitez mostra ainda que prazer e humilhação, longe de serem opostos, podem convergir de modos muitos variados.

Esta observação me remete a outra cena que me foi descrita, por outro redutor de danos, no contexto da região central de São Paulo e desta vez se refere a ações de policiais:



> Estávamos na esquina da Duque de Caxias com a Rua x (não lembro o nome), ali onde fica aquela loja de pneus, que inclusive instalou canos de pvc e constantemente dispara água gelada para espantar os usuários.
> De repente a maioria dos usuários se levantou e começou a correr, muitos tropeçavam em outros usuários, caíam, se levantavam rapidamente e voltavam a correr. Espantados, e pra nossa segurança, seguimos para dentro de um bar, para não sermos atropelados pelos próprios usuários.
> Já dentro do bar, avistamos um grupo de policiais trajando roupas esportivas, porém com arma em punho, praticando cooper. Entoavam cantos/gritos da corporação e estavam partindo para cima dos usuários, aqueles que não levantavam eram chutados até se levantar e correr. Um rapaz que havia tropeçado e caído, sofreu nova queda, esta devido a uma voadora que um dos policiais desferiu nele, uma cena de puro **sadismo gratuito**, pois **os policiais pareciam se divertir, rindo e comentando entre eles a cena que geraram**.
> Atônitos, tentamos conversar com alguns usuários, os aparentemente mais calmos, coisa difícil de encontrar, nos relataram que **não era a primeira vez que isso ocorria**
> (relato enviado por e-mail por um redutor de danos, grifos meus).

Afastados da visibilidade midiática e pública, o cooper de policiais militares e suas feições de diversão enquanto chutam usuários de crack sugere a linha tênue entre humilhação e violência, sobretudo como, por vezes, a violência requer a humilhação. Seguindo Butler, é possível estabelecer um contínuo entre maus-tratos, subjugação e condição de inferioridade/vulnerabilidade: "o corpo que existe em sua exposição e proximidade aos outros, às forças externas, a tudo aquilo que pode subjugá-lo e dominá-lo, é vulnerável aos maus-tratos; os maus-tratos são a exploração dessa vulnerabilidade" (Butler, 2015, p. 93).

A ideia de "sadismo gratuito", lançada pelo redutor-narrador, ajuda a adensar a análise. Em Sacher-Masoch, Deleuze (2001) observa que nada é mais alheio ao sádico que a intenção de dissuadir, de convencer ou ser pedagógico, o que estaria em jogo é "o mais assombroso desenvolvimento da faculdade demonstrativa": uma demonstração que se confunde com a onipotência do demonstrador e que destaca a relação entre violência e demonstração. Nessa chave, o sadismo não objetiva a dor do outro, mas o próprio triunfo. O redutor ainda adicionou ao sadismo o termo "gratuito", uma ideia que parece ampliar o próprio sadismo e se contrasta às práticas de intercâmbio comercial anteriormente descritas.

Miller (1993) opera com a classificação de humilhação com H maiúsculo e h minúsculo. Enquanto no primeiro caso estão as humilhações evidentes, frequentemente praticadas por atores do estado, como a tortura e as violências espetaculares (que, com frequência ganham visibilidade pública), no segundo estão gestos cotidianos de praticar rebaixamento. Penso que as cenas aqui elencadas tocam mais nesse segundo aspecto. O breve acompanhamento dos noticiários, entretanto, dá conta de tantas outras situações de humilhação, promovidas especialmente em contexto de operações policiais, que evidenciam como ambos os tipos de humilhação são presentes no cotidiano desses sujeitos. Optei por focar na menos visibilizada, mas é importante pontuar, como Rangel (2020), que a governança que tem como foco a humilhação não conhece feição única.



A prática dos vendedores de droga parece ratificar um jogo de hierarquizações, de estabelecimento de diferenças de posições sociais no seio do comércio varejista, no cotidiano dos bairros e na conjuntura do intercâmbio. Não sendo o caso de justificá-la, cabe lembrar que seu sentido completo implica um processo mais amplo de marginalização estrutural. Nesse sentido, é primorosa a análise de Phillipe Bourgois (1993, p. 114-171) sobre a humilhação sofrida/e sentida por vendedores de crack no mercado de trabalho formal. Ou seja, os que humilham são também humilhados em outras circunstâncias.

Para o ponto que aqui enfoco me parece que a humilhação atua como distância subjetiva, semelhante à descrita por Rangel (2020) ao pensar os atos praticados por presos sobre outros presos acusados de crimes sexuais, "trata-se de uma vontade de não o ser, de um desejo quase desesperado de não ser confundido com um deles" (Rangel, 2020, p. 173). A demarcação do lugar e da distância é evidente no questionamento de Gordinha: "você está me desrespeitando?". Ao mesmo tempo, em cenários marcados pela conveniência do intercâmbio, me parece ser um tipo de prática de rebaixamento que exige a permanência do subjugado, "sempre e

quando se mantenha em seu lugar" (Diaz-Benitez, 2019, p. 60).

Como aos poucos fui compreendendo, da parte dos usuários, suportar essa humilhação é poder seguir com a vida e garantir a própria droga num ambiente onde as relações sociais são mais conhecidas, sedimentadas e controladas, seja pelo tempo, seja pelo parentesco. Adotar uma postura conforme a fixada implica não se perder de relações sociais valoradas, não se perder no próprio consumo da droga (já que são muitos os olhos voltados à sua condição corporal) e, sobretudo, não estar condenado à errância.

Já a situação da violência policial coloca outro elemento. Me somo à boa leitura que Rangell (2020) faz de Miller (1993), de que é preciso preservar algum resquício de humanidade da vítima para que ela se sinta degradada, no limite mais baixo da hierarquia social, afinal, "não há emoção em fazer um rato agir como rato. A emoção está em tornar o humano um rato" (Miller, 1993, p. 166). Tal humilhação, nessa acepção, me parece não se referir a apenas reclamar um *status* moral elevado, mas a dizer que o *status* de humanidade da vítima é uma pretensão absurda. A humilhação, assim, é a consequência de pretender viver onde e de acordo com o que não se tem direito a.

Como igualmente fui aprendendo, suportar essa humilhação é também optar por dar vazão ao desejo de deriva (Perlongher, 2008) e à abdicação corporal, por estar próximo de localidades centrais, que tanto permitem variados tipos de pequenos ganhos quanto facilitam acesso a serviços de saúde e assistência social, mas é também, de modo nem sempre paradoxal, habitar o último lugar onde lhes foi permitido estar.



## VERGONHA

A vergonha, tal como definiu Agnes Heller (2003), é um sentimento doloroso; trata-se de um afeto social, mas de um afeto social reativo: é uma reação a algo, em situações particulares. Nesse sentido, não é uma condição, mas um sentimento de estar exposto aos olhos do Outro, que atua tanto como julgamento moral quanto pode ser internalizado. Thomas Scheff (2000), ao revisar o sentimento de vergonha na teoria social, observa que, diferente da culpa que recai sobre uma ação, a vergonha é sobre o *self*, o que alguém é; envolve sentimentos de rejeição, de fracasso, de inadequação. Trata-se, pois, de uma emoção social que reafirma a interdependência entre as pessoas. E Norbert Elias (1994) tomou a vergonha – especificamente as mudanças no limiar de embaraço – como o componente-chave do processo civilizador, da modernidade.

Se me eram narradas as humilhações que os usuários sofriam, também foram incontáveis as vezes em que escutei a expressão "olha a minha situação" para indicar vergonha e constrangimento em razão da deterioração corporal, especialmente em ocasiões que implicavam contatos com parentes e pessoas queridas, respeitadas. Assim ouvi a filha recusar a visita da mãe, pois não queria que ela a visse "nessa situação", como também vi o homem que recusou o contato do irmão, "imagina o que ele vai sentir se me ver nessa situação". Os exemplos são vários.

Mas, em todos os enunciados, me chamava a atenção o fato de que a expressão "nessa situação" parecia ter o ar de autoevidente, como se fosse tão óbvia a ponto de não demandar mais explicações. Como se, ao proferi-la, o interlocutor soubesse do que se tratava e, de alguma forma, concordasse com a constatação, já que a imagem corporal aparecia em primeiro plano, se destacava, afinal, não se pode negar que os discursos habitam e se acomodam em corpos (Butler, 2002a).

Nesse sentido, apenas apontando ou indicando a si mesmos, os usuários encontraram um jeito de dizerem o que tanto lhes envergonhava: a situação a que chegaram. Do modo como a observavam, tal situação corporal materializava as escolhas realizadas ao longo da vida, o envolvimento com a substância, a estada nas ruas; materializava, sobretudo, o que subjetivamente internalizavam como falha moral. Longe de configurar apenas um constructo analítico, portanto, olhar para esses corpos "nessa situação" é condição para o entendimento desses atores sociais.

Genivaldo, um homem negro na casa dos 50 anos, certa vez me contou, em estado de embriaguez, que saíra da região da Cracolândia, no entorno da estação da Luz, para dar uma volta pelo centro de São Paulo. Na praça do Patriarca, surpreendentemente, encontrou um conhecido de sua cidade natal e ele então se escondeu atrás de um poste para evitar ser identificado. Descrevendo-me o ocorrido, ele se lembrou de que ambos estudaram juntos os três primeiros anos do ensino escolar, os únicos formalmente cursados por ele, que teve depois de acompanhar o pai no trabalho rural.



O encontro repentino com este conhecido foi gatilho para que Genivaldo reavivasse a lembrança de uma série de fatos do passado, que a mim pareciam encadeados numa tentativa de explicar os rumos tão distintos tomados pelos dois. O conhecido tinha uma condição de vida melhor, "era tipo de uma família que todo mundo conhecia na cidade, que frequentava a igreja, que tinha carro". Família composta de quatro pessoas, "pequena", segundo Genivaldo. Diferente da dele, numerosa, "só com pai e sete irmãos". A mãe morrera quando ele tinha cinco anos, durante o parto do irmão caçula. O conhecido seguira frequentando a escola, depois foi estudar numa cidade próxima, maior. Genivaldo, nessa época, já estava calejado de trabalhar com o pai na roça e tinha como objetivo ser jogador de futebol. O conhecido ficou mais velho, estudou "pra contador", casou, formou família e morava numa casa boa. Já Genivaldo decidiu, aos 23 anos, vir para São Paulo arrumar trabalho em alguma das fábricas que "falavam que davam emprego bom, com carteira, né?". Sem ter nenhum curso que pudesse lhe dar acesso ao tal bom emprego, trabalhou como assistente geral em várias firmas, mas nunca conseguiu se estabilizar. Ou era mandado embora. Ou pedia demissão. Foi casado por quatro anos, mas gostava de beber muito. A mulher rompeu o casamento e, segundo contou, foi expulso de casa, antes mesmo de terem um filho. Feita esta retrospectiva comparativa, Genivaldo refletiu:

> Você vê como são as coisas, né? Esse conhecido se esforçou, estudou, conseguiu ter uma vida boa, normal, anda bem-vestido e tá aí, né meu? Tra-

> balhando honestamente, andando decentemente. E eu? Uso essas roupas que você tá vendo, bebo que nem um condenado, trago crack de vez em quando, conheço os noias....
> Eu não devia ter saído daqui, eu não devia ter ido andar pela cidade, porque aqui nessas ruas é todo mundo mais ou menos igual, meio fracassado que nem eu e a gente meio que saca isso, a gente se entende assim.

Genivaldo fazia tais considerações com os olhos lacrimejados. Tentei argumentar que sua vida foi mais difícil que a de seu conhecido. Ele, contudo, era insistente em dizer que era um fracassado e teimava em me fazer observar "sua situação", que lhe era tão evidente. "Olha a minha situação", "olha a minha situação", ele clamava. Sentado na calçada, escorando as costas em um muro, ele apresentava-se com roupas sujas e rasgadas, os olhos bastante remelados, avermelhados e com as pálpebras inchadas. Não era magro, ao contrário, tinha uma barriga bastante inchada que ganhava protuberância na blusa já agarrada. Por duas ou três vezes repetiu ser "bem mais chegado" no álcool que no crack, mas que, dada a sua atual "situação", preferia ficar com os noias, naquelas ruas, onde todo mundo é "mais ou menos igual, meio fracassado que nem eu".

A fala reproduzida me fez observar uma possibilidade, antes impensável, para aglutinação de usuários de crack numa mesma localidade. Também me fez apreender como a vergonha, ao internalizar julgamentos alheios, é vivida como barreira para a livre circulação pela cidade. Embora esperado que nem todos em uma cena de uso se conheçam, e que para ela se movam por diferentes interesses, a ideia de que muitos poderiam partilhar de um sentimento tácito de compartilhar histórias e trajetórias comuns de "fracassos" oferecia outra perspectiva para essa prática de habitar a cidade. Junto a pessoas parecidas, "a situação" não precisava ser o tempo todo contraposta. Não apenas minimizava a vergonha, mas tornava possível partilhá-la. Ao ler o trabalho de Helen Lynd, Scheff (2000) mostra como partilhar a vergonha fortalece o vínculo entre as pessoas.



Numa experiência e num cenário completamente diverso, a narrativa autobiográfica de Bill Clegg[2] corrobora essa possibilidade:

> Entro no saguão elegante e silencioso e me aproximo da recepção. (...) Ele [o recepcionista] imediatamente me diz: "Sinto muito, mas não há nada aqui para você" (...) Levo alguns segundos para entender o que está acontecendo (...).
> De alguma maneira, sem perceber, tropecei numa fronteira qualquer e passei do lugar onde ninguém sabe que sou viciado em crack para o lugar onde o fato é óbvio o suficiente para me recusarem um quarto. Olho para as minhas mãos para ver se elas estão tremendo. De repente, pela primeira vez, acho que talvez eu esteja agindo e falando de uma maneira que não sou capaz de perceber. Assim como o cheiro do meu corpo ou o mau hálito que só os outros notam, meus gestos e toda a minha conduta talvez estejam invisíveis para mim. Tento ver se as pessoas estão me olhando. Se estão

2 O livro de Bill Clegg foi publicado nos Estados Unidos em 2010, quando ele já estava há cinco anos sem consumir crack. Após receber elogios da crítica literária norte-americana, foi traduzido para o português e publicado em 2011 no Brasil, pela Companhia das Letras. Clegg concentra-se em oferecer, com méritos literários, "apenas" detalhes de seu consumo de crack, da transformação do seu corpo e da perda de todo o dinheiro que possuía. Breves fragmentos acessam o seu passado.

> fazendo cara de nojo quando passam por mim. Minhas calças estão muito frouxas. Já faz mais de uma semana que mandei fazer um buraco novo no cinto e meu suéter azul-marinho de gola rolê está largo nos ombros e deve, com certeza, estar fedendo muito. Embora eu venha fumando crack, bebendo litros de vodca por dia, passando noites em claro e correndo de hotel em hotel sem parar há um mês, levo um enorme choque ao pensar que a minha aparência talvez seja mesmo a de um drogado. **Sinto que a capacidade que já tive de me movimentar pelo mundo se esvaiu**, que as palavras "viciado em crack" foram escritas com cinza na minha testa e que todo mundo pode vê-las.(...)
> Lembro de um prédio de apartamentos baratos construído pelo governo na rua 23, onde uma vez vi o que pensei ser um **grupo de viciados**. A lembrança acende dentro de mim como um **facho de esperança**. (...)
> Aperto o passo e, quando chego à rua 23, vou para leste, na direção da Segunda Avenida. Vejo a loja de móveis usados e, logo depois, o prédio. Também vejo – como dizer isso? – **pessoas do meu tipo por todos os cantos**. Andando de um lado para o outro. Encostadas nos prédios. Discutindo nos telefones públicos. Elas são tão evidentes que para mim é como se estivessem usando macacões laranja. Eu exalo e começo a relaxar. Encosto no prédio e deixo o sol bater em meu rosto. É maravilhoso sentir aquele calor e **um alívio poder parar de me movimentar.** Pela primeira vez, naquele dia, eu me sinto seguro (Bill Cleg, *Retrato de um viciado quando jovem*, grifos meus).



A transformação corporal da qual os usuários se envergonham e evitam expor a conhecidos é apontada como se ligando a uma falha moral, entendida como perda da dignidade. Contudo, há, como mostra a descrição de Bill Clegg, um momento em que ela se radicaliza: quando, de repente, se tropeça em uma "fronteira qualquer" balizada por esta corporalidade específica que, como a de quem usa "macacão laranja", é forte demais para não ser notada. Estar do outro lado dessa "fronteira qualquer", tão bem notou o escritor, limita a capacidade de se movimentar livremente pelo mundo, sem ser interdito, sem ser observado, sem ser julgado. Só aí é que se descobre a importância dos lugares que os agrega e, uma vez neles, o alívio de poder parar de se movimentar sem ter que se confrontar consigo, com as próprias escolhas, e com os outros o tempo todo; o conforto de parar, olhar o sol e, ao menos uma vez no dia, se sentir "seguro".

A vergonha é uma emoção dolorosa. Por isso, embora seja relevante dizer que o consumo de drogas não necessariamente implica sofrimento, no caso do uso radical de crack em situação de rua, ter contato com esse tipo de sentimento estabeleceu um corte à interpretação desse tipo de uso como opção individual, desprendimento ou recusa do mundo social. Ao contrário. O sentimento de vergonha indica a introjeção do julgamento externo. Mas mais que isso, faz sofrer muito. Por sua vez, por mais dolorido que seja, há um aspecto do sentimento de vergonha que também precisa ser considerado: ele também permite que o sujeito volte o olhar

para si mesmo, para a situação que se encontra. Nesse sentido, o despojamento corporal, ou sua abnegação, não deve ser confundido com uma total ausência de preocupação com a autoimagem ou com a imagem que oferecem a outrem, pois é no processo mesmo de notarem que seus corpos chocam quem os vê, ao experimentarem a vergonha, que tentam refazerem a si mesmos. Afinal, na força subjetiva e política contida na ideia de "situação", ela nunca pode deixar de ser vista como transitória, como um estado que se luta para reverter.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao aproximar-me do campo da antropologia das emoções e das sensações, atentando, como sugere Scheff (2000), para suas diferentes formas, manifestações e consequências, voltei a materiais etnográficos e literários para descrever processos sociais que fabricam o não reconhecimento. Ao fim do exposto, creio ser possível retomar o diálogo com Butler. Minha leitura é que, entre a noção de abjeção e a de precariedade, ela avança no sentido de propor uma apreensão da vida não como ontológica, mas como dependente de condições sociais e políticas para se tornar vivível; e que, através da ideia de enquadramentos, torna mais matizado o modo como a norma diferencia vidas passíveis e não passíveis de reconhecimento.

Na análise de Butler, as emoções ocupam um papel central na política de comoção, tendo em vista que "o esquema interpretativo tácito que distingue as vidas dignas das não dignas de consideração funciona através dos sentidos" (Butler, 2015, p. 83). Interessada em percorrer como o jogo de hierarquias sociais é produzido e como pessoas são lançadas ao "fora", trabalhei com três emoções hierarquizantes (nojo, humilhação e vergonha), com o intuito de abordar formas múltiplas de inferiorizar. Nesse sentido, é a etnografia que mostra como são variados os modos de desumanizar.



No caso dos usuários de crack em situação de rua, penso que o enquadramento é balizado sobretudo em função da corporalidade tida como degradada, repulsiva. Não porque ela é, em si mesma, abjeta, mas porque, associada a uma falha moral, ela é apreendida como fora da norma e, portanto, passível de ser desprezada. Nesse sentido, me pareceu importante descrever não apenas como tal corporalidade é produzida, mas sobretudo, como ela é agenciada nas ruas. Considerei tanto a heterogeneidade interna às cenas de uso de crack quanto o processo englobante que as homogeneíza. Entre um e outro, é possível questionar e tensionar o lugar, sobretudo os efeitos, da moldura. Em paralelo ao projeto hegemônico de desumanização, há também um processo complexo de construção de identidade e diferenciação.

As situações de humilhação, como mostrei, podem se ligar a ambos. Atenta ao campo das interrelações pessoais entre usuários e vendedores de crack foi possível entrever como o esforço de produzir distanciamento subjetivo (Rangel, 2020) supõe um processo de rebaixamento que não se conclui simplesmente "colocando para fora", mas, por vezes, mantendo no interior das relações socais, desde que nas mais baixas posições. Já no caso da humilhação promovida por

atores do Estado, penso que ela incide sobre o "resto de vida" impetrado a sujeitos percebidos como desonrando sua própria humanidade ao mesmo tempo que atua como técnica de gerir territórios e populações. Mais recentemente, escutei de um trabalhador do local: "Sabe, tudo ali começa pequeno: o policial passa, esnoba, a pessoa se sente humilhada, retruca e quando você vê já tem bomba de gás na região". Humilhar é esquentar o conflito, é ampliar a tensão.

A vergonha, por sua vez, é mais ambígua. Ela implica um desejo de adequação à norma, reflete o sofrimento vivenciado por não estar em condições de ser reconhecido como sujeito, envolve perceptos mais íntimos sobre desconforto, fracasso. Ao mesmo tempo, ela é um elo que liga o sujeito com a própria humanidade que lhe está sendo negada. Ao perceber que se está ultrapassando o limite do aceitável, paradoxalmente, se resgata que há algo em si de humano, ao observar que esse sentimento pode ser tacitamente partilhado com outros em "situação" semelhante, há também a possibilidade de fortalecer laços e de se refazer.

Ao longo de uma década de acompanhamento do debate público sobre crack, penso que se intensificou a violência estatal, ao mesmo tempo que foram grandes as mudanças nas gramáticas emocionais sobre o tema, sobretudo na promoção de uma política da comoção atuante em diminuir a repulsa e ampliar a indignação. Mas tempos são duros e o trabalho deve ser continuado, pois, para alterar os enquadramentos, "os sentidos precisam estar atuantes, o que significa que deve ser travada uma luta contra as forças que procuram regular a comoção de formas diferenciadas" (Butler, 2015, p. 83). Dentro dos limites da reflexão acadêmica, ao cabo há a esperança de que este artigo, como as cartas que evadem a prisão de Guantánamo, expanda a comoção e possa, dentre outras coisas, "provocar um horror e uma indignação mais generalizados, que apoiem e estimulem o clamor por justiça e pelo fim da violência" (Butler, 2015, p. 23).



Recebido em 10/02/2021

Aprovado para publicação em 01/09/2021 pelo editor Alberto Fidalgo Castro

## Referências

ALVES, Ariana O. *Quem tem direito a querer ter/ser mãe? Dinâmicas entre gestão, instâncias estatais e ação política em Belo Horizonte – MG*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

ALVES, Ygor. *Jamais fomos zumbis*: contexto social e craqueiros na cidade de São Paulo. Salvador: EDUFBA, 2017. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/184481. Acesso em: 28 ago. 2021.

ALVES, Ygor; PEREIRA, Pedro P. Interações, trilhas e caminhos de uma cidade em fluxo: etnografia na Cracolândia. *Revista de Antropologia*, v. 64, n. 1, e184481, 2021.

AHMED, Sara. *The cultural politics of emotion*. Edinburg: Edinburg University Press, 2004.

ARAUJO, Erick. *A vida em cenas de uso de crack.* Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2017.

*BIONDI, Karina. Consumo de drogas na política do PCC.* Coletivodar.org. Disponível em: http://coletivodar.org/cartas-na-mesa-consumo-de-drogas-na-politica-do-pcc/. Acesso em: 27 jul. 2021.

BOURGOIS, Philipe. *In search of respect*: selling crack in barrio. Cambridge: University Press, 2003.

BRANDÃO, Beatriz; CONCEIÇÃO, Wellington. *O crack, o corpo e a rua:* analisando trajetos e andanças na cidade. Ponto Urbe, 20. Disponível em: https://journals.openedition.org/ pontourbe/3480. Acesso em: 28 ago. 2021.

BUTLER, Judith. *Cuerpos que importam*: sobre os limites materiais e discursivos do sexo. Buenos Aires: Paidós, 2002a.

BUTLER, Judith. Como os corpos se tornam matérias: entrevista com Judith Butler. (Entrevista concedida a Irene Prins e Baukje Meijer). *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 155-167. 2002b. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/vy83qbL5HHNKdzQj7PXDdJt/?lang=pt. Acesso em: 28 ago. 2021.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Vida precária. *Revista Contemporânea*, n. 1, p. 13-33, 2011.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra*: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CALIL, Thiago. *Condições do lugar*: relação entre saúde e ambiente para pessoas que usam crack no bairro da Luz. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CANONICO, Leticia; MELO, Natalia M. Distinguir entre tráfico e uso de drogas: apontamentos sobre a seletividade penal na Cracolândia”. *In*: RUI, Taniele; MARTINEZ, Mariana; FELTRAN, Gabriel (Orgs.). *Novas faces da vida nas ruas*. São Carlos: EDUFSCAR, 2016. p. 223-244.

CARRICONDE, Raquel. *Cair na rede*: circulações desde abrigos da cidade. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

CASTRO, Odilon. *Negro Drama*: mães, filhos e uso radical de crack. Curitiba: Apris, 2020.

CLEGG, Bill. *Retrato de um viciado quando jovem*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

COELHO, Maria Claudia. Narrativas de violência: a dimensão micropolítica das emoções. *Mana*, v. 16, n. 2, p. 265-285, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/mana/a/ VqyC83wMK9HFPLFVLfHH5Vk/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 28 ago. 2021.

COSTA, Roberta. *Mil fitas na Cracolândia*: amanhã é domingo e a craco resiste. Dissertação (Mestrado em Estudos Brasileiros) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

CRUZ e COSTA, Julie. *Entre pedras e paranoias*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

DELEUZE, Gilles. *Presentación de Sacher-Masoch. Lo frio y lo cruel*. Buenos Aires: Amorrortu, 2001.

DE LUCCA, Daniel. Nem dentro, nem fora do albergue: transformações de um dispositivo da assistência. *In:* CUNHA, Neiva; FELTRAN, Gabriel (Orgs.). *Sobre periferias, novos conflitos no Brasil contemporâneo.* Rio de Janeiro: Lamparina, 2013. p. 34-48.

DE LUCCA, Daniel. Morte e vida nas ruas de São Paulo: a biopolítica vista do centro. *In*: RUI, Taniele; MARTINEZ, Mariana; FELTRAN, Gabriel (Orgs.). *Novas faces da vida nas ruas*. São Carlos: Edufscar, 2016. p. 3-43.

DIAS-BENITEZ, Maria Elvira. O espetáculo da humilhação, fissuras e limites da sexualidade. *Mana*, n. 21, p. 51-78, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ mana/a/ddPwc8SPLV99896qZW4b5Zq/abstract/?lang=pt. Acesso em: 28 ago. 2021.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador.* Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FEOLA, Michael. Norms, vision and violence: Judith Butler on the politics of legibility. *Contemporary Political Theory*, n. 13, p. 130-148, 2014. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1057/cpt.2013.15. Acesso em: 28 ago. 2021.



FERNANDES, Adriana. Quando os vulneráveis entram em cena: Estado, vínculos e precariedade em abrigos. *In*: BARROS, Joana (Org.). *Os limites da acumulação e os movimentos de resistência no território*. São Carlos: EDUSP, 2018. p. 85-99.

FERNANDES, Adriana. Mulheres pobres que amam demais: a vida material dos direitos e das políticas. *Revista Contemporânea*, n. 9, p. 745-770, 2019. Disponível em: https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/778. Acesso em: 28 ago. 2021.

FRANGELLA, Simone. *Capitães do asfalto*: a itinerância como construtora da sociabilidade de meninos e meninas de rua de Campinas. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

FRANGELLA, Simone. *Corpos urbanos errantes*: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua São Paulo. São Paulo: Annablume, 2009.

FROMM, Deborah. O “*fim da Cracolândia*”: etnografia de uma aporia urbana. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

FRUGOLI JR, Heitor; SPPAGIARI, Enrico. Da Cracolândia aos nóias: percursos etnográficos no bairro da Luz. *Ponto Urbe*, n. 12. 2011. Disponível em: https://journals.openedition.org/pontourbe/1870. Acesso em: 28 ago. 2021.

FRUGOLI JR, Heitor; CAVALCANTI, Mariana. Territorialidades da Cracolândia em São Paulo e no Rio de Janeiro. *Anuário Antropológico*, n. 38, p. 73-97. 2013. Disponível em: https://journals.openedition.org/aa/561. Acesso em: 28 ago. 2021.

FRUGOLI JR, Heitor; CHIZZOLINI, Bianca. Relations between face-to-face ethnography

and images from Google View: a research into crack cocaine users of the streets of São Paulo's inner city. *Revista do GIS*, n. 2, p. 11-36, 2017. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/gis/article/view/129197. Acesso em: 28 ago. 2021.

GOMES, Bruno; ADORNO, Rubens. Tornar-se "nóia": trajetória e sofrimento social nos "usos de crack" no centro de São Paulo. *Revista Etnográfica*, v. 15, n. 3, p. 569-586, 2011. Disponível em: https://journals.openedition.org/etnografica/1076. Acesso em: 28 ago. 2021.

GREGORI, Maria Filomena. *Viração*: experiência de meninos nas ruas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HELLER, Agnes. Five approaches to the phenomenon of shame. *Social Research*, v. 70, n. 4, p. 1015-1030, 2003. Disponível:https://www.jstor.org/stable/40971959?seq=1#-metadata_info_tab_contents. Acesso em: 28 ago. 2021.

KRISTEVA, Julia. *Powers of horror*: an essay on abjection. Nova York: Columbia University Press, 1982.

LEMÕES, Tiago. De vidas infames à máquina de guerra. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

LIMA, Michele. *A quem pertence essa gravidez? Reflexões sobre maternidade/maternagem de mulheres que fazem uso de drogas e as agentes do estado.* Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

LOPES, Mariana. *No meio das notícias tinha uma pedra*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MAGALHÃES, Taís. *Campos de disputa e gestão do espaço urbano*: o caso da Cracolândia paulistana. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

MARTINEZ, Mariana. *Redes do cuidado*: etnografia de aparatos de gestão intersetorial para usuários de crack. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

MARTINEZ, Mariana. *Andando e parando pelos trechos*: uma etnografia das trajetórias de rua em S. Carlos. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

MALHEIROS, Luana. Entre sacizeiro, usuário e patrão: um estudo etnográfico sobre consumidores de crack no centro histórico de salvador. *In*: MACRAE, Edward (Org.). *Crack*: contexto, padrões e propósitos de uso. Salvador: EDUFBA, 2013. p. 223-314.

MALHEIROS, Luana. *Tornar-se mulher usuária de crack*: trajetória de vida, cultura de uso e políticas sobre drogas no centro de Salvador - BA. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

MALLART, Fabio; RUI, Taniele. *Cadeia ping-pong*: entre o dentro e o fora das muralhas. Ponto Urbe, n. 21. 2017. Disponível em: https://journals.openedition.org/pontourbe/3620. Acesso em: 28 ago. 2021

MALLART, Fabio; RUI, Taniele. *Findas linhas*: circulações e confinamentos pelos subterrâneos de São Paulo. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

MATTAR, Marina. *No labirinto*: formas de gestão do espaço e das populações na Cracolândia. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MEDEIROS, Regina. Clínica e croni(cidade): impactos do uso/abuso de crack na configuração urbana e nos tratamentos da toxicomania. *In*: SAPORI, Luis Flavio; MEDEIROS, Regina (Orgs.). *Crack*: um desafio social. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2010. p. 165-218.

MELO, Tomás. Mundos que refugam, rua como refúgio: reconfigurações do perfil social da população em situação de rua. *Revista Florestan Fernandes*, v, 3, n. 10, p. 10-31, 2016. Disponível em: http://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/ view/161. Acesso em: 28 ago. 2021.

MELO, Tomás. *Política dos Improváveis*: percursos de engajamento militante no Movimento Nacional da População em situação de rua. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

MENEZES, Leticia. *Entre a saúde e a repressão*: políticas públicas na região da Cracolândia - SP. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

MILLER, William Ian. *Anatomía del Asco*. Buenos Aires: Taurus, 1999.

MILLER, William Ian. *Humiliation*: and other essays on honor, social discomfort and violence. Ithaca: Cornell University Press, 1993.

OLIVEIRA, Leandro. A vergonha como uma ofensa: homossexualidade feminina, família e micropolítica das emoções. *Horizontes Antropológicos*, n. 25, p. 141-171. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ha/a/FJ9DqKDWH3BHx5kJ3yWVztf/abstract/?lang=pt. Acesso em: 28 ago. 2021.

OLIVEIRA, Luciano. *Circulação e fixação*: o dispositivo de gerenciamento dos moradores de rua em S. Carlos e a emergência de uma população. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

PERLONGHER, Nestor. *O negócio do michê*: a prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

PRIORI, Josimar. *A construção da cidade*: a vida nas ruas, religião, voluntariado e Estado. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

RANGEL, Everton. *Depois do estupro*: homens condenados e seus tecidos relacionais. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro; Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2020.

RAUPP, Luciana; ADORNO, Rubens. Circuitos de uso de crack na região central da cidade de São Paulo. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 16, n. 5, p. 2613-2622, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/vCGLjS5jHjRGXpPLGZNfxqQ/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 28 ago. 2021.

RUI, Taniele. Depois da Operação Sufoco: sobre espetáculo policial, cobertura midiática e direitos na Cracolândia paulistana. *Revista Contemporânea*, n. 3, p. 287-310, 2013. Disponível em: https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/ article/view/144/80. Acesso em: 28 ago. 2021.

RUI, Taniele. *Nas tramas do crack*: etnografia da abjeção. São Paulo: Terceiro Nome; Fapesp, 2014a.

RUI, Taniele. Usos da “Luz” e da “Cracolândia”: etnografias de práticas espaciais. *Saúde e Sociedade*, v. 23, n. 1, p. 91-104, 2014b. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ sausoc/a/76QCVrYP59pNsr9XX5pmymg/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 28 ago. 2021.

RUI, Taniele; FIORE, Mauricio. TOFOLI, Luis Fernando. *Pesquisa de avaliação preliminar*

*do Programa De Braços Abertos*. Plataforma Brasileira de Políticas sobre Drogas/ Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, São Paulo: PBPD, 2015a. Disponível em: http://fileserver.idpc.net/library/PESQUISA%20DE%20BRA%c3%87OS%20 ABERTOS.pdf. Acesso em: 28 ago. 2021.

RUI, Taniele; MALLART, Fabio. A Cracolândia, um potente conector urbano. *Le Monde Diplomatique*, n. 99. 2015b. Disponível em: https://diplomatique.org.br/a-Cracolândia-um-potente-conector-urbano/. Acesso em: 28 ago. 2021.

RUI, Taniele. Fluxos de uma territorialidade: duas décadas de "Cracolândia" (1995-2014). *In*: KOWARICK, Lucio; FRUGOLI JR, Heitor (Orgs.). *Pluralidade urbana em São Paulo*: vulnerabilidade, marginalidade, ativismos sociais. São Paulo: Editora 34, 2016. p. 225-248.

RUI, Taniele. Da deriva pela Av. Brasil à fixação numa esquina na Maré: usuários de crack, refugiados da pacificação. In: FARIAS, Juliana (Org.). *Militarização do Rio de Janeiro*: da pacificação à intervenção. Rio de Janeiro: Mórula, 2018a. p. 57-69.

RUI, Taniele. Pacote de direitos e Repressão na Cracolândia paulistana: dois anos do Programa De Braços Abertos. *In*: LABATE, Beatriz; RODRIGUES, Thiago (Orgs.). *Políticas de drogas no Brasil*: conflito e alternativas. Campinas: Mercado de Letras, 2018b. p. 311-340.

RUI, Taniele. Por entre territórios visíveis e territórios invisibilizados: mercados ilícitos e cracolândias de São Paulo e Rio de Janeiro. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 38, p. 573-578, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/nec/a/CdVVGLhMj6NfdRd4LzCSdbh/?lang=pt&format=pdf. Acesso 28 Aug 2021.

SANCTIS, Raiza B. *Crack, casa, família*: uma etnografia sobre cuidados, (des)afetos e emoções. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

SARMENTO, Caroline. *Por que não podemos ser mães? Tecnologias de governo, maternidade e mulheres com trajetória de rua*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

SCHEFF, Thomas. Shame and the social bond: a sociological theory. *Sociological Theory*, v. 18, n. 1, p. 84-99, 2000. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/223283?-seq= 1#metadata_info_tab_contents. Acesso em: 28 ago. 2021.

SOARES, Luiz Eduardo; BILL, MV; ATHAYDE, Celso. *Cabeça de Porco*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

SOUZA, Renata. *Na maloca*: um estudo sobe pessoas em situação de rua em uma praça na cidade do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

TEIXEIRA, Alessandra; MATSUDA, Fernanda. Feios, sujos e malvados. *Le Monde Diplomatique*, n. 56, 2012. Disponível em: https://diplomatique.org.br/feios-sujos-e-malvados/. Acesso em: 28 ago. 2021.

VALIM, Danielle. *Os passos dos indesejáveis*: um estudo do contexto sociocultural do uso e usuários de crack nas cidades do Rio de Janeiro e Nova York. Tese (Doutorado em Medicina Social) – Instituto de Medicina Social – UERJ, Rio de Janeiro, 2015.

VERÍSSIMO, Marcos. Quem são os cracudos? Apontamentos para o estudo antropológico de um problema social. *Revista Dilemas*, v. 8, n. 2, p. 303-327, 2015. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7294. Acesso em: 28 ago. 2021.

VICTORE, Ceres; COELHO, Maria Claudia. A antropologia das emoções: conceitos e perspectivas teóricas em revisão. *Horizontes Antropológicos*, n. 25, p. 7-21, 2019. Disponível em: https://journals.openedition.org/horizontes/3170. Acesso em: 28 ago. 2021.



Anu. Antropol. (Brasília) v. 46, n. 3, pp.85-107. (setembro-dezembro/2021). Universidade de Brasília. ISSN 2357-738X. https://doi.org/10.4000/aa.8925